



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

- 1.1. Uma necessidade do município de Dois Vizinhos consiste em assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços de limpeza e conservação urbana, evitando a paralização de atividades essenciais ligadas à manutenção de praças, vias públicas e demais espaços de uso comum da população.
- 1.2. Para o cumprimento desse objetivo, é necessário o pleno funcionamento de equipamentos de jardinagem e manejo arbóreo, como roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama. Entretanto, devido ao uso contínuo, severo e à exposição a intempéries, esses equipamentos sofrem um desgaste natural acentuado e recorrente, demandando intervenções constantes de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de peças de reposição.
- 1.3. A ausência de um fluxo ágil e planejado para a reparação desses equipamentos gera falhas operacionais crônicas.
- 1.4. A indisponibilidade de roçadeiras e cortadores de grama paralisa os serviços das equipes de campo, resultando no acúmulo de vegetação e comprometendo a estética, o urbanismo e o uso dos espaços públicos. A deterioração visual gera um impacto negativo na imagem da cidade.
- 1.5. Além disso, o crescimento não controlado da vegetação cria um ambiente propício para vetores de doenças, como mosquitos e animais peçonhentos, colocando em risco a população local.
- 1.6. Enfim, os equipamentos operando em mau estado de conservação ou sem revisões periódicas apresentam falhas mecânicas súbitas, elevando o risco de acidentes tanto para os operadores municipais quanto para os cidadãos que frequentam as áreas públicas.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

- 2.1. Foram analisadas as alternativas de contratação por pregão, sistema de registro de preços, dispensa e credenciamento.
- 2.2. **Execução direta com aquisição de peças via pregão eletrônico:**



2.2.1. Analisou-se a possibilidade de realizar um Pregão Eletrônico para aquisição de peças, ficando a execução dos serviços de mecânica a cargo dos próprios servidores municipais.

2.2.2. Entretanto, essa alternativa foi considerada inviável, uma vez que a estrutura administrativa local não dispõe de oficina mecânica especializada equipada, ferramentas de diagnóstico específicas e principalmente servidores em quantidade e formação técnica específica para absorver essa demanda sem prejudicar as demais atividades da municipalidade.

2.3. **Pregão Eletrônico para prestação de serviços com fornecimento de peças:**

2.3.1. Embora o pregão eletrônico seja a modalidade preferencial para bens e serviços comuns, sua aplicação foi afastada devido à sua modelagem de resultado, que culmina na contratação de um único fornecedor/prestador.

2.3.2. O fato de concentrar toda a demanda de manutenção e peças dos equipamentos de jardinagem em um único contratado gera um risco operacional grande para a administração. Caso a empresa vencedora apresente problemas de logística, morosidade na entrega de componentes ou incapacidade operacional temporária, todo o serviço de conservação urbana do município seria paralisado.

2.3.3. Assim, o pregão não atende à necessidade capilaridade e pronta-resposta exigida pelo objeto.

2.4. **Contratação direta por dispensa de licitação:**

2.4.1. A contratação direta por dispensa (art. 75 da Lei nº 14.133/2021) revelou-se inaplicável por dois motivos determinantes: a natureza contínua, recorrente e previsível da necessidade de manutenção afasta o caráter excepcional da dispensa; e o valor global estimado para o atendimento da demanda ao longo do exercício financeiro ultrapassa o limite legal permitido para contratações diretas em razão do valor.

2.5. **Sistema de Registro de Preços (SRP):**

2.5.1. O Registro de Preços, embora permita contratações parceladas, mantém a premissa de adjudicação a um fornecedor único (ou poucos, por itens específicos), sofrendo das mesmas limitações operacionais do Pregão Comum no que tange ao risco de desabastecimento e dependência de uma única cadeia logística para equipamentos de marcas e modelos distintos.

2.6. **Procedimento Auxiliar de Credenciamento:**

2.6.1. Diante do cenário analisado, o credenciamento fundamentado no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, consolidou-se como a **solução vantajosa** para o interesse público, apresentando os seguintes diferenciais em relação ao Pregão eletrônico tradicional.

2.6.2. Ao permitir o credenciamento de múltiplos fornecedores aptos, o município mitiga o risco de paralisação dos serviços, dado que, diante de uma eventual indisponibilidade, atraso ou incapacidade operacional da credenciada, a demanda é imediatamente direcionada a outra empresa credenciada.

2.6.3. O modelo garante uma melhor distribuição da demanda e maior celeridade na execução das manutenções, gerando um ecossistema de atendimento ágil e descentralizado.



2.6.4. Além disso, o município já vinha adotando o sistema de credenciamento para esse objeto com sucesso. Porém, com a **perda involuntária do prazo** regulamentar para a prorrogação do instrumento anterior, resultou na inviabilização na continuidade daquele vínculo. Diante disso, considerando que o encerramento não ocorreu por ineficácia da modelagem, que se provou altamente vantajosa, mas sim do vencimento do prazo, faz-se a necessidade da abertura deste novo procedimento de credenciamento para restabelecer a rede de fornecedores.

MEs e EPPs poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

2.7. Sim (x) As atividades não se enquadram nas vedações do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Não se trata de serviços de vigilância, limpeza ou conservação com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme art. 18, § 5º-C, inciso VI.

2.8. Também não há cessão de mão de obra (art. 17, inciso XII), pois os serviços serão executados por demanda, sem disponibilização contínua de trabalhadores à Administração e sem subordinação direta.

2.9. A execução ocorrerá de forma eventual, conforme necessidade, o que afasta a caracterização de dedicação exclusiva.

2.10. Dessa forma, concluiu-se que não há impedimento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Poderão participar Sociedades Cooperativas?

2.11. Sim (x)

Poderão participar Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio?

2.12. Não (x) Verificou-se que o objeto possui baixa complexidade técnica e operacional, não demandando a atuação conjunta de empresas para sua execução.

2.13. Além disso, o modelo de credenciamento permite a participação de múltiplos prestadores de forma simultânea, atendendo à necessidade da Administração sem exigir a formação de consórcios.

2.14. A admissão de consórcio, neste caso, poderia aumentar a complexidade da gestão contratual, sem trazer ganhos relevantes em termos de competitividade ou eficiência.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

2.15. Foi realizado levantamento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, com análise de atas vigentes relacionadas à manutenção de roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama.

2.16. Verificou-se que as atas disponíveis apresentam objetos genéricos, diferenças nas condições de execução, distanciamento geográfico dos fornecedores e ausência de padronização compatível com a necessidade do Município.

2.17. Além disso, a eventual adesão poderia comprometer a agilidade no atendimento e a continuidade dos serviços, considerando que a manutenção dos equipamentos demanda execução rápida e suporte local.



- 2.18. Também foi considerada a necessidade de múltiplos prestadores atuando simultaneamente, característica mais compatível com o modelo de credenciamento adotado neste processo.

É Vedada à Subcontratação

- 2.19. Sim (x)
- 2.20. O objeto envolve serviços de manutenção de equipamentos, os quais exigem controle direto da execução quanto à qualidade, prazo e responsabilidade técnica.
- 2.21. A subcontratação, neste caso, pode dificultar a fiscalização contratual e comprometer a padronização dos serviços, além de aumentar o risco de execução por terceiros sem a devida qualificação previamente verificada no credenciamento.
- 2.22. Considerando que o modelo adotado já permite a participação de múltiplos prestadores aptos, não há necessidade de subcontratação para ampliação da capacidade de atendimento.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

- 3.1. A separação entre serviços e fornecimento de peças não se mostra adequada, pois poderia comprometer a eficiência da execução, gerar aumento de custos operacionais e dificultar a responsabilização por eventuais falhas.
- 3.2. Além disso, a execução conjunta permite maior agilidade no atendimento das demandas e melhor controle da qualidade dos serviços prestados.
- 3.3. Destaca-se que, embora não haja parcelamento do objeto em itens distintos, o modelo de credenciamento adotado permite a contratação de múltiplos prestadores, garantindo ampla participação e atendimento simultâneo das demandas.
- 3.4. Dessa forma, concluiu-se pela **não realização do parcelamento** do objeto, por razões de ordem técnica e operacional, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

- 4.1. Verificou-se que o objeto da contratação envolve a manutenção de equipamentos diversos (roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama), com fornecimento de peças, cujas necessidades variam conforme o uso e o desgaste dos componentes.
- 4.2. A definição exata das quantidades por item não se mostra viável, em razão da diversidade de modelos de equipamentos, da ausência de histórico detalhado por componente e da variação da demanda ao longo do tempo, influenciada por fatores operacionais e climáticos.



- 4.3. Diante disso, a estimativa foi realizada com base no histórico geral de manutenção do exercício anterior, na experiência dos servidores responsáveis e em levantamento junto ao mercado local, considerando os itens de maior recorrência.
- 4.4. Adotou-se, assim, estimativa global de consumo, com previsão de utilização conforme a demanda, compatível com o modelo de credenciamento, que não exige quantitativos fixos por item.
- 4.5. Tal metodologia permite maior flexibilidade na execução contratual, sem prejuízo do controle dos gastos.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

- 5.1. Verificou-se que no Pregão nº 131/2023, foi firmado contrato no valor de R\$ 67.200,00 para manutenção de roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama.
- 5.2. Constatou-se, contudo, que o valor contratado não foi suficiente para atender integralmente a demanda, em razão do aumento da área de manutenção de espaços públicos, da intensificação do uso dos equipamentos e da elevação dos custos de peças e serviços.
- 5.3. Posteriormente, a Administração adotou o modelo de credenciamento, com valor estimado de R\$ 150.000,00, o qual se mostrou mais compatível com a demanda real do Município.
- 5.4. Diante disso, a estimativa do valor da contratação foi realizada com base na execução contratual anterior, na necessidade atual da Administração e na natureza variável da demanda, considerando a ausência de histórico detalhado por item.
- 5.5. A definição do valor foi feita de forma global, com base na experiência administrativa do setor responsável e na avaliação das condições operacionais dos equipamentos.
- 5.6. Assim, foi estimado o valor global de R\$ 152.400,00, considerado suficiente para atender às necessidades do período, podendo ser ajustado conforme a efetiva execução contratual.
- 5.7. Os parâmetros adotados serão complementados por pesquisa de preços junto ao mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

ANÁLISE DE RISCOS



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Objeto de contratação: Aquisição de peças, material e mão de obra para manutenção de equipamentos (roçadeiras, motosserras, sopradores e trator cortador de grama).
Nº da Portaria de designação da Comissão de Planejamento:
FASE DE ANÁLISE:
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
<input type="checkbox"/> Gestão do Contrato

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1			
Risco: Qualidade dos Serviços Prestados - Empresas/profissionais credenciados não atenderem aos requisitos de qualidade, segurança e eficiência na execução dos serviços.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Danos aos equipamentos, risco de acidentes, interrupção dos serviços, insatisfação da população.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none"> * Definição clara e objetiva dos critérios de qualidade no edital. * Exigência de comprovação de experiência e/ou qualificação técnica. * Realização de inspeções e acompanhamento da execução dos serviços. * Aplicação de sanções em caso de descumprimento das obrigações contratuais. 		Departamento demandante, Fiscal de recebimento/execução	
Ação de Contingência		Responsável	
* Notificação do prestador de serviço para corrigir as falhas.		Fiscal de recebimento/execução. Fiscal administrativo.	



<ul style="list-style-type: none">* Rescisão contratual em caso de descumprimento reiterado.* Contratação de outro prestador de serviço, se necessário.* Adoção de medidas para mitigar os impactos da interrupção dos serviços.	Gestor.
--	---------

RISCO 2			
Risco: Disponibilidade de Peças e Componentes - Dificuldade em encontrar peças e componentes para os equipamentos, seja por falta de fornecedores, problemas de logística ou outros fatores.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Atrasos na manutenção, interrupção dos serviços, danos aos equipamentos.			
Ação Preventiva		Responsável	
<ul style="list-style-type: none">* Mapeamento dos principais fornecedores de peças e componentes.* Estabelecimento de prazos máximos para o fornecimento de peças e componentes.		Departamento demandante	
Ação de Contingência		Responsável	
Adoção de medidas para minimizar os impactos da falta de peças e componentes.		Responsável pela organização das demandas	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

7.1. A solução adotada consiste no credenciamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva de roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama, com fornecimento de peças, por meio de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



- 7.2. A manutenção preventiva compreende inspeções periódicas, ajustes, lubrificação, limpeza e substituição de componentes desgastados. A manutenção corretiva envolve a reparação de falhas, com substituição de peças danificadas.
- 7.3. As peças utilizadas deverão ser originais ou de qualidade equivalente, compatíveis com as especificações dos fabricantes.
- 7.4. Os credenciados deverão comprovar qualificação técnica, possuir estrutura adequada para execução dos serviços e garantir atendimento conforme a demanda da Administração.
- 7.5. A execução ocorrerá por demanda. O setor responsável solicitará o atendimento a credenciado, conforme disponibilidade, sendo vedada a subordinação direta de mão de obra.
- 7.6. Os serviços deverão ser executados com observância das normas de segurança do trabalho e das exigências ambientais, incluindo o descarte adequado de resíduos.
- 7.7. Deverá ser assegurada garantia mínima sobre os serviços prestados e peças fornecidas, conforme condições a serem definidas no Termo de Referência.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

- 8.1. Os interessados deverão comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a realização de serviços compatíveis com manutenção de roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama.
- 8.2. Os serviços deverão ser executados com qualidade, garantindo o adequado funcionamento dos equipamentos após a manutenção.
- 8.3. A empresa credenciada deverá possuir **oficina mecânica** instalada e em funcionamento no Município de Dois Vizinhos/PR.
- 8.4. As peças e componentes utilizados deverão ser originais ou de qualidade equivalente, compatíveis com as especificações dos fabricantes, devendo apresentar garantia.
- 8.5. O credenciado deverá possuir estrutura adequada para execução dos serviços, incluindo instalações, equipamentos e equipe técnica compatível com as atividades.
- 8.6. A execução ocorrerá por demanda, conforme solicitação da Administração, devendo ser observado prazo razoável para atendimento, a fim de evitar a paralisação dos equipamentos.
- 8.7. O desempenho da execução poderá ser avaliado com base em critérios como tempo de resposta, qualidade dos serviços prestados e durabilidade dos reparos realizados.
- 8.8. Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho e as boas práticas ambientais, incluindo o descarte adequado de resíduos.
- 8.9. A demanda estimada considera a manutenção de aproximadamente 14 roçadeiras, 14 sopradores, 4 motosserras e 1 cortador de grama.



- 8.10. Os requisitos poderão ser detalhados no Termo de Referência e no instrumento contratual.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço;

- 9.1. Para fins de qualificação técnica, considerou-se como parcela de maior relevância a manutenção de roçadeiras, em razão de sua maior frequência de uso e impacto direto na execução dos serviços de conservação de áreas públicas.
- 9.2. Dessa forma, será exigida a comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica que demonstre a execução de serviços compatíveis com o objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, em nível suficiente para garantir a adequada execução contratual, vedadas exigências excessivas ou restritivas.
- 9.3. O requisito para que as empresas credenciadas possuam **oficina mecânica** instalada e em funcionamento no município de Dois Vizinhos/PR decorre por razões técnicas, logísticas e econômicas diretamente relacionadas à execução eficiente do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade.
- 9.3.1. Os equipamentos abrangidos pela contratação serão transportados pelos próprios servidores municipais até a oficina responsável pela manutenção. A contratação de empresas localizadas em outros municípios acarretaria aumento de custos operacionais com deslocamentos, consumo de combustível, utilização de veículos da frota e horas de trabalho dos servidores tornando a execução contratual menos eficiente e mais onerosa para a administração.
- 9.3.2. Além disso, a disponibilidade de oficinas no próprio município contribui para reduzir os prazos de diagnóstico, orçamento e reparo dos equipamentos, minimizando o tempo de indisponibilidade.
- 9.3.3. Desta forma, esse requisito encontra respaldo nos princípios de eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que busca garantir a viabilidade operacional da contratação, a redução de custos indiretos e a maior celeridade na prestação de serviços.
- 9.4. Quanto à qualificação econômico-financeira, as exigências serão limitadas ao mínimo necessário para demonstrar a capacidade do contratado de cumprir as obrigações assumidas, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas à competitividade.
- 9.5. A exigência de demonstrações contábeis deverá observar, como regra, a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (ou apenas o último exercício, para empresas constituídas há menos de dois anos). Para empresas criadas no ano corrente, os demonstrativos podem ser substituídos pelo balanço de abertura.



9.6. Não se aplica critério de julgamento por técnica ou técnica e preço, razão pela qual não há definição de pontuação técnica.

9.7. Dessa forma, as exigências previstas mostram-se adequadas, proporcionais e suficientes para garantir a execução do objeto, sem comprometer a competitividade do certame.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável:

10.1. Verificou-se que a execução dos serviços de manutenção de equipamentos poderá gerar resíduos, tais como peças substituídas, óleos lubrificantes usados, filtros e embalagens, além de riscos de vazamentos de substâncias contaminantes.

10.2. Como medida de controle ambiental, deverá ser previsto que, durante a execução contratual, a fiscalização poderá exigir do contratado a comprovação da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, especialmente aqueles classificados como potencialmente poluidores, como óleos lubrificantes, filtros e peças contaminadas.

10.3. A comprovação deverá ser realizada por meio de documentação emitida por empresa devidamente licenciada para coleta, transporte e destinação de resíduos, quando aplicável.

10.4. Tal medida visa assegurar a rastreabilidade dos resíduos e o cumprimento das normas ambientais vigentes, podendo ser detalhada no Termo de Referência e no instrumento contratual.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

11.1. A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, por meio de credenciamento, visa alcançar os seguintes resultados:

11.2. Espera-se a redução de custos com manutenção, por meio da diminuição de ocorrências de reparos emergenciais e melhor planejamento das intervenções.

11.3. Pretende-se aumentar a vida útil dos equipamentos, evitando substituições precoces e promovendo melhor aproveitamento dos bens públicos.

11.4. Busca-se garantir maior disponibilidade dos equipamentos, reduzindo o tempo de inatividade e assegurando a continuidade dos serviços públicos.

11.5. O credenciamento de múltiplos prestadores permitirá maior agilidade no atendimento das demandas, otimizando o uso dos recursos humanos e operacionais disponíveis.



- 11.6. Espera-se melhoria na qualidade dos serviços prestados, com manutenção adequada dos equipamentos e execução mais eficiente das atividades de conservação de áreas públicas.
- 11.7. Pretende-se assegurar maior controle sobre os gastos com peças e serviços, evitando substituições desnecessárias e promovendo uso racional dos recursos financeiros.
- 11.8. Adicionalmente, a execução adequada dos serviços contribuirá para a segurança dos operadores e para a adoção de boas práticas ambientais.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

- 12.1. A execução dos serviços ocorrerá sob regime de demanda, conforme a necessidade da Administração, não havendo obrigatoriedade de contratação de quantitativos mínimos.
- 12.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão solicitados ao(s) credenciado(s), de acordo com a demanda e a disponibilidade, visando garantir agilidade no atendimento.
- 12.3. O fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade verificada em cada atendimento.
- 12.4. O modelo adotado permite a atuação de múltiplos prestadores, otimizando o atendimento das demandas e contribuindo para maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.
- 12.5. Tal regime mostra-se adequado à natureza variável da demanda, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos financeiros e operacionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

- 13.1. Verificou-se que a Administração já dispõe de estrutura administrativa e de servidores com experiência na gestão e fiscalização de contratos com objeto semelhante.
- 13.2. Não há necessidade de adoção de providências adicionais relevantes previamente à celebração do contrato.
- 13.3. A gestão e a fiscalização contratual serão formalmente designadas, nos termos da legislação vigente, sendo atribuídas a servidores que possuem conhecimento das rotinas operacionais relacionadas ao objeto.



- 13.4. Caso necessário, poderão ser adotadas orientações internas complementares para garantir o adequado acompanhamento da execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	José Carlos Ventura Junior
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Victor Carlos Prado
Suplentes:	Rian Ernesto Golin

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

- 14.1. Verificou-se, no âmbito deste estudo, que não há contratações correlatas ou interdependentes em andamento ou planejadas que sejam indispensáveis para a viabilização do objeto.
- 14.2. A execução dos serviços de manutenção poderá ocorrer de forma autônoma, não dependendo de outras contratações para seu pleno funcionamento.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- 15.1. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- 15.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- 15.3. Id dos itens no PCA: 9807, 12589;
- 15.4. Classe/Grupo: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;
- 15.5. Identificador da Futura Contratação: 987541-28/2026

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- 16.1. A presente contratação será realizada de forma **global**, abrangendo tanto o fornecimento de peças, componentes e materiais necessários quanto a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos descritos no objeto, não sendo admitida a participação parcial restrita a apenas um dos itens.
- 16.2. A adoção desse modelo justifica-se pela necessidade de assegurar a integração operacional da contratação, evitando a fragmentação entre fornecedores distintos de peças e mão de obra. Essa fragmentação poderia gerar conflitos de responsabilidade, atrasos na execução, dificuldades de fiscalização e aumento do risco de descontinuidade dos serviços.



- 16.3. A solução global mostra-se mais vantajosa por promover maior celeridade no atendimento, simplificação dos fluxos de solicitação, orçamento, autorização, execução e recebimento, além de permitir maior rastreabilidade e responsabilidade integral do contratado quanto à qualidade, compatibilidade e funcionamento do equipamento após o reparo. Com efeito, a separação entre fornecimento de peças e execução dos serviços poderia dificultar a apuração da origem de falhas ou defeitos e comprometer a efetividade das garantias, ao passo que a contratação integrada atribui à credenciada a responsabilidade integral pela qualidade dos serviços e das peças, respondendo pelo perfeito funcionamento do equipamento.
- 16.4. Por fim, o modelo global mostra-se compatível com a natureza do objeto e com a lógica do credenciamento, pois permite que o credenciado habilitado assuma integralmente a responsabilidade pela execução do atendimento, assegurando maior uniformidade na prestação dos serviços e melhor aproveitamento dos recursos administrativos e operacionais disponíveis.

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

(x) Bens e serviços comuns

- 17.1. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, com fornecimento de peças, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 17.2. Trata-se de serviços amplamente disponíveis no mercado, executados por diversos fornecedores, sem necessidade de soluções técnicas complexas ou inovação relevante.
- 17.3. Dessa forma, o objeto enquadra-se como bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- 17.4. A classificação como serviço contínuo justifica-se pelo fato de que a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos constitui necessidade permanente da Administração, sendo indispensável para a continuidade dos serviços públicos de conservação e limpeza urbana.
- 17.5. A eventual paralisação dos serviços comprometeria o funcionamento das atividades operacionais e a adequada prestação dos serviços à população.
- 17.6. Ressalta-se que não há dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os serviços executados por demanda.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto e o modelo de execução adotado.
- 18.2. A contratação por credenciamento reduz o risco de inadimplemento, uma vez que permite a atuação de múltiplos prestadores, evitando a dependência de um único



fornecedor e possibilitando a distribuição da demanda conforme a necessidade da Administração.

- 18.3. Além disso, o pagamento será realizado apenas após a efetiva execução dos serviços, o que contribui para a mitigação de riscos contratuais.
- 18.4. Eventuais descumprimentos estarão sujeitos à aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no instrumento contratual.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

- 19.1. Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que o credenciamento de pessoas jurídicas de serviços de manutenção preventiva e corretiva de roçadeiras, sopradores, motosserras e cortadores de grama, com fornecimento de peças, por meio de credenciamento, mostra-se adequada para atender à necessidade da Administração.
- 19.2. A solução proposta é compatível com a natureza da demanda, permite maior flexibilidade na execução dos serviços e contribui para a continuidade das atividades operacionais.
- 19.3. Verificou-se que o credenciamento é viável sob os aspectos técnico e econômico, atendendo ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

A adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação

- ☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Diálogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☒ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse,



Contratação Direta:

☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa

☐ Inexigibilidade de licitação.

DO CREDENCIAMENTO, DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciamento se dará com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de realizar contratações paralelas e não excludentes para o fornecimento de peças e serviços de manutenção, obedecendo as regras do Decreto Federal nº 11.878/2024 e Decreto Municipal nº 22.551/2025.

O credenciamento é um procedimento de cadastro permanente e não gera a obrigação futura de contratar, ocorrendo as demandas conforme a necessidade e conveniência do município.

Serão admitidos todos os interessados que preencham os requisitos de habilitação do edital e aceitem praticar os valores fixados pelo município com base em pesquisa de mercado contínua. As contratações e ordens de fornecimento serão distribuídas de forma parcelada, por meio de sistema de rodízio, iniciando-se pela ordem cronológica de emissão do termo de credenciamento.

DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO E CANCELAMENTO

O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração, conforme art. 22 do Decreto nº 11.878/2024m e cancelado conforme os art. 15 e 16 do decreto municipal nº 22.551/2025.

DO DESCREDENCIAMENTO

As hipóteses de descredenciamento de empresas, sejam por iniciativa do próprio prestador ou por sanção decorrente de irregularidades ou incapacidade operacional na execução dos serviços e entrega de peças, obedecerão ao art. 23 do Decreto nº 11.878/2024.

DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Para a manutenção do credenciamento, obedecerão aos art. 12, 13 e 14 do Decreto Municipal nº 22.551/2025. Os interessados deverão manter atualizadas as suas condições de habilitação e regularidade fiscal durante todo o período de vigência de ajuste, seguindo as diretrizes dos decretos regulamentadores, cujos os procedimentos específicos de fiscalização, prazos de atendimento e regras técnicas de execução por tarefa serão detalhados formalmente no corpo do Termo de Referência.

Critério de julgamento:

☐ menor preço

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ técnica e preço

☐ maior retorno econômico

☐ maior desconto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

() Aberto

() Fechado

() Aberto e Fechado

() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

() SIM

(x) NÃO

Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Recursos Próprios

() Recursos Estaduais

() Recursos Federais

Departamento de Controle de Frotas
Dois Vizinhos, 13 de maio de 2026.

Isac Vitor Medeiros
Agente Administrativo

Matrícula Funcional 19497-1

Luciano Ferreira Gonçalves
Agente Administrativo

Matrícula Funcional 20803-1